

# **O CONCEITO DE CISGENERIDADE E A PRODUÇÃO DE DESLOCAMENTOS NAS POLÍTICAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS<sup>1</sup>**

Rafaela Cotta Leonardo; Thayz Athayde; Fernando Altair Pocahy

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

*cotta.rafaela@gmail.com; thayzathayde@gmail.com; pocahy@uol.com.br*

## **Resumo**

Este texto problematiza a categoria “mulher” e sua reverberação no movimento feminista no contexto contemporâneo a partir de uma cartografia do conceito cisgeneridade. Nesse movimento de pesquisa, acompanhamos questionamentos sobre quem seriam aquelas abrangidas pelo “nós” do feminismo e quais seriam as tensões que essa interrogação colocaria às políticas e epistemologias feministas. Afinal, que mulher é representada pelas narrativas-políticas feministas? E em que medida discursos de algumas mulheres contribuem para a manutenção de privilégios e efeitos de norma no interior de um movimento social? Para complexificar esta discussão, entendemos que o conceito de “cisgeneridade” pode funcionar como uma ferramenta a desterritorializar uma concepção fundacionalista do gênero e talvez permitir que significados do que é “ser mulher” definam novos termos na agonística do feminismo. Nosso empenho com o trabalho é acompanhar algo da emergência de novas (com)posições nas lutas (epistemológicas) que descentram e desafiam a noção de (A) mulher.

Palavras-chave: cisgeneridade; feminismo; política; gênero; transfeminismo.

## **Introdução**

Biologia não é destino, disse Simone de Beauvoir em 1949. Para algumas feministas, tal frase parece estabelecer contato e se referir apenas a mulheres cisgêneras, ao afirmar que mulheres que têm vagina não devem ser reduzidas às suas genitálias. Essa concepção pode dizer muita coisa sobre certos feminismos e, também, como as feministas constroem e construíram uma definição para si nos termos de sujeito político ou sujeito de representação da política feminista - a mulher.

---

<sup>1</sup> Este estudo está vinculado aos projetos coordenados pelo Prof. Fernando Pocahy nos editais CHS-CNPq-2015 e JCNE-Faperj-2014.

Porém, é possível questionar: somente mulheres cisgêneras não devem ser reduzidas às suas genitálias? Quais as possíveis implicações de uma compreensão que toma a genitália como prescrição da identidade (de gênero) para as políticas feministas contemporâneas? Assim como nos provoca Judith Butler (2012), afirmar a categoria mulher a partir do ideal regulatório que é o sexo pode ser uma forma de tornar a identidade feminista (o sujeito mulher) uma noção estável de gênero.

Em um artigo para o jornal francês *Libération*, chamado *Féminisme amnésique*, Paul B. Preciado (2014) faz uma breve análise histórica sobre a origem da palavra feminismo e “convida” o(s) movimento(s) a liberar(em)-se da política identitária. O convite questiona quem são as novas feministas na contemporaneidade e observa que “falta liberar o feminismo da tirania das políticas identitárias” (PRECIADO, 2014, s/p). Assim, Preciado tensiona concepções que tomam o corpo como definição da identidade e interpela os feminismos sobre os seus sujeitos de representação política.

Com efeito, pode-se pensar sobre quais mulheres os feminismos contemporâneos têm falado e como o saber feminista tem se articulado com outras formas de existir, para além de uma noção fundacional e essencialista. Para tanto, é possível reconhecer que as críticas de feministas negras e lésbicas sobre as mulheres que o discurso feminista retrata(va) foram/são fundamentais para a reconstrução do feminismo, tendo em vista que em alguns feminismos a narrativa presente se volta(va) para concepções eurocêntricas-ocidentais de inteligibilidade.

A interpelação de mulheres não-brancas e não-heterossexuais proporcionou deslocamentos sobre a categoria identitária “mulher”, uma vez que questionou sobre quais mulheres o discurso feminista compreendia ou privilegiava. Para Audre Lorde (1982) é fundamental que todo debate feminista atente às diferenças de raça, classe, sexualidade e idade, caso contrário, o debate proposto é enfraquecido. Aqui, a representação “mulher”, associada rapidamente às mulheres brancas, heterossexuais e com privilégios em relação a classe social e localidade (sobretudo na ideia dos centros de produção de conhecimento, refletindo uma geopolítica de saber-poder) foi contestada, tendo em vista a empreitada e a reivindicação sobre considerar outros marcadores sociais. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p.247), a partir desta crítica ao movimento feminista

a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais (GOMES DE JESUS, 2014, p. 247)

Dessa forma, esse movimento funcionou (e funciona atualmente) como uma tentativa de tanto visibilizar diferentes experiências que algumas mulheres vivenciam, como também de pluralizar o feminismo. Atualmente, os dados do Mapa da Violência de 2015 demonstram que existem diferenças entre mulheres brancas e mulheres negras no que diz respeito a vulnerabilidade de seus corpos. Portanto, não é possível afirmar que todas as mulheres passam pelo mesmo tipo de violência, o que também abre margem para questionamentos que permitem desuniversalizar a categoria homem.

Os embates travados pelo feminismo ao longo de suas lutas almejam subverter a condição das mulheres e, de certa forma, conquistar e garantir seus direitos. Estes embates acarretam na proliferação de demandas históricas do movimento, ao mesmo tempo em que apresentam os desafios que interpelam quem são os sujeitos do feminismo, que corpos importam ou são reconhecidos em uma política de representação e identidade. A partir disso, um conjunto de estranhamentos pode ser aberto: quais mulheres são/podem ser representadas nos espaços de ativismo feminista? Será que as reivindicações oriundas das críticas das feministas negras, lésbicas e trans, são consideradas pelo movimento feminista (que assume posições de representação em arenas público-institucionais de decisão)? Seriam as diferenças entre as mulheres reconhecidas e representadas?

### **Afinal, quem seria esse “nós” do feminismo? (Ou que feminismos evocam um 'nós')?**

A crítica ao sujeito dos feminismos articulada no interior de políticas e epistemologias transfeministas, encontrando alianças nos feminismos pós-modernos, interseccionais pós-críticos e *queer* desafiam a universalidade e a “naturalidade” - uma anatomo-política binária – que define os termos de quem pode ou não ser mulher (e também homem). Essas dissidências oferecem a base epistemológica para a disputa em torno das supostas contingências da anatomia do sujeito do feminismo e, com isso, provocam tensões e deslocamentos acerca das certezas sobre os gêneros.

Os desafios de pessoas trans não conformes aos ideais binários ampliam os termos dessa disputa e os baliza a partir de uma revisão sobre os privilégios atribuídos a uma suposta coerência anatômica, desde sempre como materialidade inquestionavelmente generificada. A cisgeneridade<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> As referências ao termo da *cisgeneridade* serão abordadas na próxima seção do texto.

emerge como um balizador (conceito-prática articulado no interior dos movimentos trans) dos processos sociais que estabelecem hierarquias e privilégios a partir de uma crítica ao apego discursivo sobre a anatomia política do gênero. Ao assumirmos uma posição de crítica, assumindo os riscos do privilégio de sermos nós pesquisadoras cis, ocupamo-nos nesse trabalho em problematizar os limites discursivos e as hierarquias sobre a identidade dos feminismos e sua representatividade. Judith Butler (2012) oferece uma importante problematização nesses termos, ampliando nossas ferramentas críticas. Ela questiona:

[...] que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade? Que formas novas de política surgem quando a noção de identidade como base comum já não restringe o discurso sobre políticas feministas? E até que ponto o esforço para localizar uma identidade em comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade? (BUTLER, 2012, p. 9 e 10)

As considerações da autora possibilitam reforçar algumas hipóteses já frequentadas em outros espaços-tempos de crítica sobre os movimentos feministas e a questão da identidade. Butler faz uma análise sobre a teoria do patriarcado universal, afirmando que durante muito tempo essa foi uma das bandeiras de luta centrais nos feminismos. Joan Scott, outra crítica da teoria do patriarcado, alega que: “[...] as teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação para este fato na ‘necessidade’ do macho dominar as mulheres” (SCOTT, 1995, p. 04). Butler, na continuidade deste debate, afirma que o patriarcado universal para os feminismos está ligado à “[...] ideia de que a opressão das mulheres possui uma forma singular, discernível na estrutura universal e hegemônica da dominação patriarcal ou masculina” (2012, p. 20), ou seja, é a ideia de que todas as mulheres sofrem de uma mesma opressão. Esta autora também observa que, ao “[...] conferir um status universal ao patriarcado” (2012, p.21), o feminismo constrói sua representatividade nas reivindicações feministas na “[...] direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres.” (2012, p. 21). Assim, a crítica ao patriarcado considerado universal, amplia as formas de ver e de identificar outras formas de opressão e violência que acometem as mulheres em diferentes posições e categorias sociais.

A partir dessas importantes análises e, conseqüentemente, o questionamento de uma identidade universal compartilhada, Butler questiona a eficácia de um sujeito universal do

feminismo, isto é, “a mulher”. Nas palavras de Butler, “a crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se emancipação” (2012, p. 19). As contribuições trazidas pela autora dizem respeito à identidade compartilhada pelo feminismo, isto é, categoria da mulher universal, e a eficácia das estratégias de uma luta baseada na identidade tida como feminina.

Com efeito, Butler pergunta: “Ou será que “o corpo” em si é modelado por forças políticas com interesses estratégicos em mantê-lo limitado e constituído pelos marcadores sexuais?” (2012, p. 185). Quais são as novas possibilidades políticas nos feminismos, a partir de uma mirada sobre os múltiplos agenciamentos em torno das problematizações de gênero e sexualidade levadas a cabo por teorizações-práticas interseccionais e *queer*? Se a noção de representatividade é uma forma útil para atuação no feminismo e outros movimentos, quem define os termos de seus uso e abrangência?

## **O conceito de cisgeneridade**

O termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez por um homem trans holandês chamado Carl Buijs para falar de pessoas que não são trans, ou seja, para se referir a pessoas as quais sua identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer (vale recordar que a anatomia é desde sempre gendrada, cirurgiada pela cultura do gênero e pelas formas de conhecer e representar nos termos binários). Conforme apresenta Simakawa (2012), ao utilizar o conceito de cisgeneridade de modo analítico, consegue-se “desautorizar discursos e práticas que naturalizam a norma cisgênera, compreendendo as individualidades transgêneras e não-cisgêneras, portanto, como posições marginais e de resistência à dominação colonial cisgênera” (VERGUEIRO, 2012, p. 05). Nesse sentido, a utilização do conceito de cisgeneridade pode funcionar para desestabilizar normas de gênero que se fazem presentes na contemporaneidade, já que coloca em questão e problematiza a normatividade ao invés de se atentar aos corpos tidos como desviantes. Nesses termos, estamos diante de um conceito-prática de intervenção social.

Assim, ao utilizar este conceito-prática, as marcas culturais e as relações de poder enredadas nos corpos e gêneros são evidenciadas, demonstrando o caráter falho da perspectiva que toma tanto corpo e gênero como naturais e imutáveis. Com isso, a concepção de ‘verdade interior’ é colocada em questão, abrindo problematizações sobre as certezas dos gêneros e permitindo também que os privilégios da cisgeneridade sejam desprotegidos e explanados.

Posteriormente, o termo cisnormatividade foi empregado por ativistas transfeministas para dar visibilidade à população trans\*, fazendo com que se denunciem situações cotidianas em que pessoas cisgêneras têm acesso e privilégios e são negados à pessoas trans\*, como a questão dos direitos básicos à cidadania, a título de exemplo. Ou seja, a cisgeneridade enquanto norma que funciona produzindo uma precarização da vida de pessoas trans e garantindo direitos e liberdade a pessoas cisgêneras. De acordo com Julia Serano (2007, p.161):

Corresponding cissexual attributes are simply taken for granted – they are assumed to be “natural” and “normal” and therefore escape reciprocal critique. This places transexuals at a constant disadvantage, since we have generally been forced to rely on limiting cissexual-centric terminology to make sense of our own lives. (SERANO, 2007, p. 161)

Com isso, Judith Butler (2010) alega que é a partir do gênero que as pessoas recebem o status de humana/ humano, e para que isso seja inteligível, é preciso que ocorra uma coerência entre desejo, sexo, gênero e práticas sexuais. Assim, a cisgeneridade como norma acarreta na desumanização de pessoas trans, uma vez que elas não seguem a coerência desta norma e, por isso, não têm os seus nomes sociais e identidades respeitadas, são excluídas ou marginalizadas em espaços de convívio social, enfrentam dificuldades em relação ao mercado de trabalho, ao acesso à saúde, em relacionamentos afetivos, e até mesmo em níveis humanos básicos e fisiológicos, como no livre acesso e segurança no uso de banheiros públicos.

As constantes violências simbólicas, psíquicas, físicas e sexuais às quais a população trans está submetida são expressas pelo termo *transfobia*. Segundo Jaqueline de Jesus e Hailey Alves “fala-se em “transfobia” quando há medo ou ódio com relação à pessoas transgêneras (ALVES e JESUS, 2010, p. 13). Uma pesquisa realizada pela ONG Transgender Europe em 2014 colocou o Brasil no primeiro lugar do *ranking* dos países que mais matam pessoas por transfobia, serve para colocar em evidência o descaso das instituições e do Estado, que ao silenciar diante de tal violência estrutural, se ausenta da responsabilidade e do compromisso com os direitos humanos, reproduzindo exclusão de pessoas através de sua identidade de gênero e estabelecendo hierarquias – afinal, quem são os humanos dos Direitos Humanos?

Pensando, então, sobre essas violências cotidianas, como marca de uma cultura HeteroCisNormativa letal, podemos nos questionar sobre quais são os efeitos dessas violências específicas dentro dos movimentos feministas e como o conceito de cisgeneridade pode funcionar como uma ferramenta para a ampliação das formas de reflexão-prática política. Ao problematizar a

genitalização dentro do feminismo, estamos provocando uma discussão sobre o que Judith Butler (2012) chamou de gêneros inteligíveis, ou seja: a “*coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo*”. (p. 38). Quebrar a lógica da equação mulher-vagina e homem-pênis, faz com que seja possível analisar que as violências ocorrem porque vivemos em uma sociedade em que ser mulher ou ter comportamentos femininos, é ruim e não por conta de aparatos genitais apenas.

### **Cisgeneridade: (re)visitando o(s) movimento(s) feminista(s)**

O conceito de cisgeneridade pode ser pensado como uma forma de disputar os significados do que é ser mulher dentro dos feminismos. Ou seja, é possível pensar que esse conceito também é forma de tensionar os dispositivos discursivos que colocam mulheres cisgêneras como sendo o único sujeito político possível do feminismo e pode servir de argumento para contestar concepções que apresentam uma verdade sobre o que é “ser mulher”. Também é possível supor que tal conceito existe para que uma série de violências impetradas às pessoas trans possam estar dentro do campo de discussão feminista, não como um elemento apenas de ‘inclusão’, mas como elemento que define os termos da agonística do gênero, raça e sexualidade no feminismo.

Quando se nomeia a cisgeneridade, de certa forma, é possível que muitas mulheres cisgêneras percebam que tem acesso a uma série de privilégios – como direitos básicos, por exemplo - que mulheres trans não têm. Talvez esse seja um dos grandes tensionamentos aportados com o conceito de cisgeneridade: questionar de quais mulheres o feminismo têm falado, além de fazer com que algumas mulheres compreendam que o feminismo não é feito apenas por mulheres brancas, heterossexuais e cisgêneras. Dito de outra maneira, esse conceito também pode ser pensado como uma forma de retomar as reivindicações do movimento de mulheres negras e interseccionais, como Audre Lorde e bell hooks.

Os efeitos da argumentação da contingência anatômica estaria enredando certo feminismo em jogos de verdade que o impossibilitariam de desfazer-se das redes discursivas que definem o próprio jogo da subalternidade de quem reivindica a posição de mulher – ou o sujeito verdadeiro do feminismo? O conceito de cisgeneridade pode ser uma forma a desafiar quais espaços e com quais ferramentas de luta (crítica analítica-prática cotidiana) os feminismos têm atuado.

Transfeministas ao interpelarem os feminismos fundacionalistas ou que veiculam sua representatividade a partir de uma noção única de mulher oferecem a contrapelo condições para a reverberação dos discursos e práticas que historicamente subalternizaram e posicionaram nos

termos de abjeção as próprias mulheres e as representações de qualquer feminilidade. O desafio nos termos de repensarmos as condições de possibilidade para a manutenção da transfobia em certas práticas feministas é hoje condição de para a ampliação das margens de liberdade no interior do próprio campo de lutas, especialmente quando pressupõe que alguns sujeitos (políticos) não poderiam fazer nenhum trânsito de gênero, porque pensam ainda que gênero é desde sempre sexo.

Assim, o transfeminismo promove tensões sobre o entendimento essencialista sobre gênero, propõe uma nova forma de pensar tanto as questões de gênero, como a forma de criar políticas e compreender o feminismo e expõe as inúmeras violências motivadas pela transfobia. Sendo o feminismo um movimento plural, com afinidades e divergências em seus discursos, o transfeminismo se insere num campo de disputas, afirmando e reiterando a noção de que a biologia não é definidora das subjetividades, identidades, sexualidades. Assim, ele se encontra como

uma categoria do feminismo em construção, a qual emerge como resposta teórica e política à falha do feminismo de base essencialista, comumente biológica, em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos (GOMES DE JESUS, 2014, 244)

Devido a falta de direitos e a fragilidade da permanência dos poucos direitos conquistados neste cenário de muitos retrocessos, se torna urgente pautar a cisgeneridade nas discussões feministas, uma vez que esta prática permite com que os privilégios da cisgeneridade sejam expostos. A partir disso, as exclusões, as invisibilizações, os silenciamentos, as hierarquias e violências epistêmicas são denunciadas, abrindo margem para novas construções/concepções de mundo e alertando que não é possível entender a identidade “mulher” como reflexo de uma verdade interna, uma essência. Afinal, o que é ser mulher?

Deslocar e problematizar as representações e significados atribuídos às mulheres, sejam elas cis e/ou trans, atormenta e desarranja o sistema que insiste em diminuir as potências de vida e até mesmo destruir a vida de pessoas com identidades gênero inconformes. Por fim, entendemos o conceito de cisgeneridade e as destabilizações que transfeminismo provoca, como afirma viviane v., uma vez que as entende como uma “possibilidade e proposta de transformação política para pessoas trans e mulheres cis” (2015, p.36).



## **Referências Bibliográficas**

ALVES, Hailey; JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. Revista do Programa de Pós-Graduação da UFRN. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/2150/pdf>. Acesso em 28/06/2016.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GOMES DE JESUS, Jaqueline. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. Universitas Humanística, núm. 78, julio-diciembre, 2014, pp. 241-258. Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia.

LORDE, Audre. As ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre, 2013. Disponível em: [http://www.academia.edu/11277332/LORDE\\_Audre\\_As\\_ferramentas\\_do\\_mestre\\_nunca\\_v%C3%A3o\\_desmantelar\\_a\\_casa-grande](http://www.academia.edu/11277332/LORDE_Audre_As_ferramentas_do_mestre_nunca_v%C3%A3o_desmantelar_a_casa-grande). Acesso em 05/07/2016.

PRECIADO, Beatriz. Féminisme amnésique. Libération, Paris, 9 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.liberation.fr/societe/2014/05/09/feminismw-amnesique-1014052>. Acesso em 05/07/2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Jul/dez, 1995, vol. 20 n. 2, p.71-99.

TRANSGENDEREUROPE: TDOR Nota de Prensa: 30 de octubre de 2014. Disponível em: <http://www.transrespect-transphobia.org/uploads/downloads/2014/TDOR2014/TvT-TDOR2014PR-span.pdf>. Acesso em 29/06/2016.

VERGUEIRO, Viviane. PELA DESCOLONIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TRANS. VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 2012. Disponível em: [https://www.academia.edu/2562141/Pela\\_descoloniza%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_identidades\\_trans](https://www.academia.edu/2562141/Pela_descoloniza%C3%A7%C3%A3o_das_identidades_trans). Acesso em 07/07/2016

\_\_\_\_\_. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de Mestrado. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 36. Disponível em <<https://goo.gl/16C2G9>> Acesso em 23/07/2017

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015 - Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília, DF, 2015. Disponível em:  
[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf) Acesso em 10/01/2017